



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

2024



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

Corregedora Geral de Justiça

Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

Fábio Djan Oliveira de Lima

Diretor

Equipe Técnica

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Luciana Sá Fernandes

Coordenadora

Francisco Alexandre Lima

Analista Judiciário - Área: Estatística

Alcimar Martins Junior

Analista Judiciário - Área: Economia

Kelly Regina Lima de Lima

Analista Judiciário - Área: Direito

Fabianne Cabral Pinto de Almeida

Auxiliar Judiciária

Coordenadoria de Estatística

Gerson Medeiros da Silva

Coordenador

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situação das Metas Previstas para 2024, segundo a Perspectiva	11
Tabela 2 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”	12
Tabela 3 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”	12
Tabela 4 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário”	15
Tabela 5 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário”	16
Tabela 6 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”	18
Tabela 7 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”	19
Tabela 8 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais”	21
Tabela 9 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais”	22
Tabela 10 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos”	23
Tabela 11 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos”	23
Tabela 12 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios”	25
Tabela 13 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios”	26
Tabela 14 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”	28
Tabela 15 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”	28
Tabela 16 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal”	29
Tabela 17 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal”	30
Tabela 18 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”	32
Tabela 19 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança”	33
Tabela 20 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas”	37
Tabela 21 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas”	38
Tabela 22 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira”	41
Tabela 23 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira”	42
Tabela 24 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”	45
Tabela 25 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”	45

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	9
AValiação DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA	11
PERSPECTIVA SOCIEDADE	12
MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	12
MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	15
PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	18
MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	18
MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	21
MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	22
MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	24
MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	28
MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	29
MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	31
PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	37
MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	37
MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	40

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a avaliação da execução da estratégia do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), para o exercício de 2024, relacionando os principais resultados da atuação do Tribunal e as principais iniciativas implementadas no período.

Esses resultados são apresentados de forma consolidada por perspectiva e por macrodesafio com seus respectivos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas.

O Plano Estratégico 2021-2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), é constituído por 12 macrodesafios, 30 indicadores de desempenho e 35 iniciativas.

Para o monitoramento da estratégia de 2024, foram realizadas duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE). As RAE são importantes instrumentos de gestão e têm como objetivo acompanhar a execução da estratégia, por meio do monitoramento das metas e dos indicadores constantes no Plano Estratégico do TJPA, bem como por meio da análise das iniciativas estratégicas e dos riscos associados.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

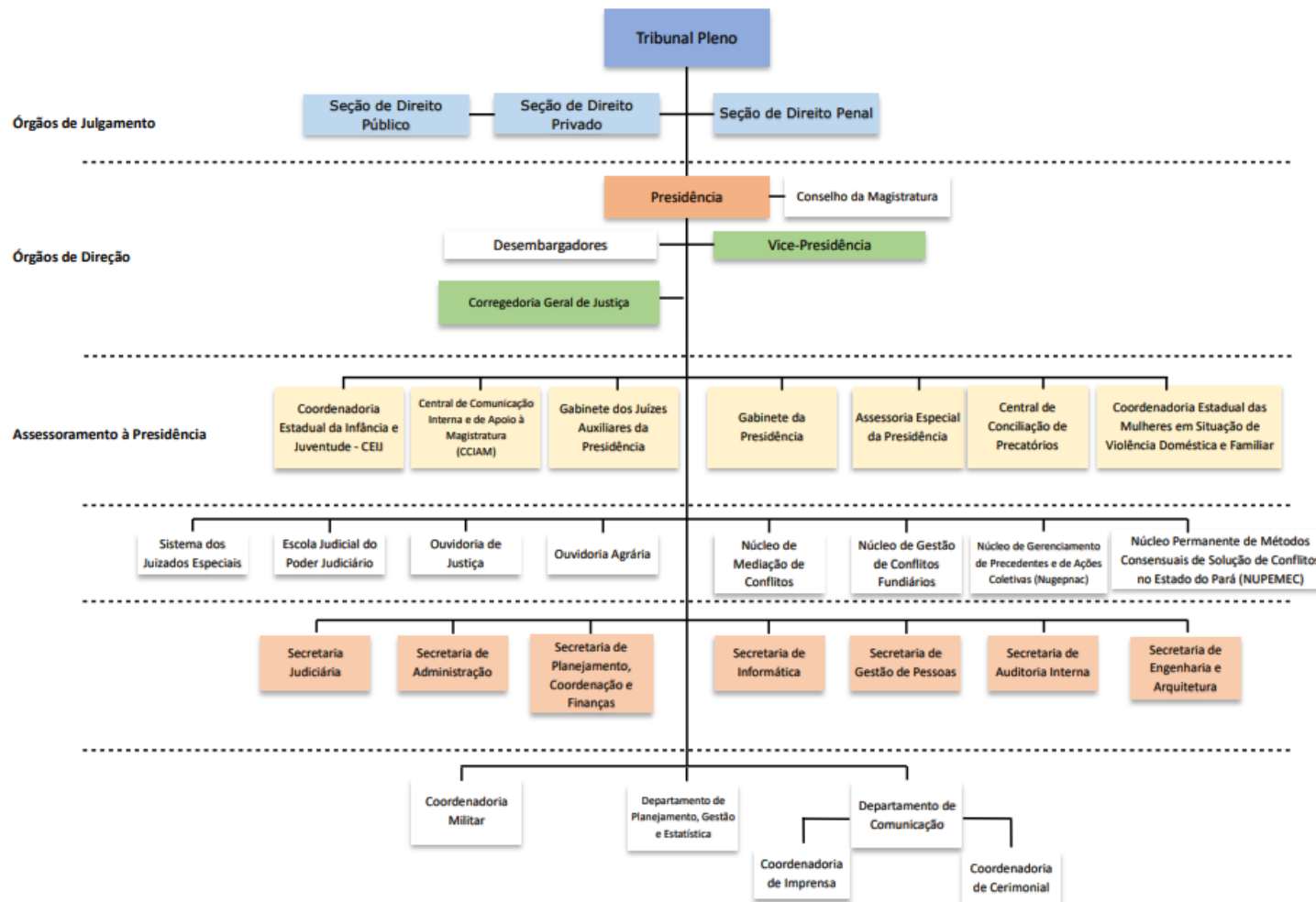
O Tribunal de Justiça, órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo por sede a cidade de Belém e jurisdição em todo o Estado do Pará, é composto por 30 (trinta) Desembargadores(as) e pelos seguintes órgãos de julgamento: Tribunal Pleno, Seção de Direito Público, Seção de Direito Privado e Seção de Direito Penal.

As competências desses órgãos estão definidas no Regimento Interno do Tribunal, que também dispõe sobre o seu funcionamento, estabelece a competência dos seus órgãos administrativos, regula o processamento e o julgamento dos feitos que lhe são atribuídos pelas leis, e institui a disciplina de seus serviços.

Além da sua função jurisdicional, o Poder Judiciário possui a função administrativa, realizada por seus Órgãos de Direção. Os Órgãos de Direção do Tribunal são a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria Geral de Justiça, responsável pelo regular funcionamento e pela disciplina dos serviços do Judiciário, tanto em 1ª quanto em 2ª instância, com os poderes e atribuições que lhe são conferidos no Código de Organização Judiciária do Estado.

Para melhor organização e suporte às atividades não judiciais, mas que auxiliam no funcionamento do Poder Judiciário, existe uma grande estrutura administrativa de apoio indireto.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



Fonte: Coordenadoria de Administração de Pessoal e Pagamento – telefone: 3252-8029

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico 2021-2026, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), foi atualizado por meio da Resolução nº 2, de 1 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre a revisão do Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, e dá outras providências.

O plano está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída por meio da Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A seguir, é apresentado o Mapa Estratégico do TJPA. O Mapa Estratégico apresenta o conjunto de macrodesafios, que são os objetivos estratégicos a serem atingidos pelo Tribunal, para que se alcance a sua visão e se cumpra a sua missão. Na estratégia do TJPA para o ciclo de 2021-2026, esses macrodesafios estão distribuídos em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

O Mapa Estratégico também apresenta outros elementos importantes, como a Missão, Visão de Futuro e Valores. Todas as informações atualizadas relacionadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal podem ser obtidas no Portal do TJPA na Internet, disponível em: < <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/hotsite/planejamento-estrategico/>>.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2021-2026



MISSÃO

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo à pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

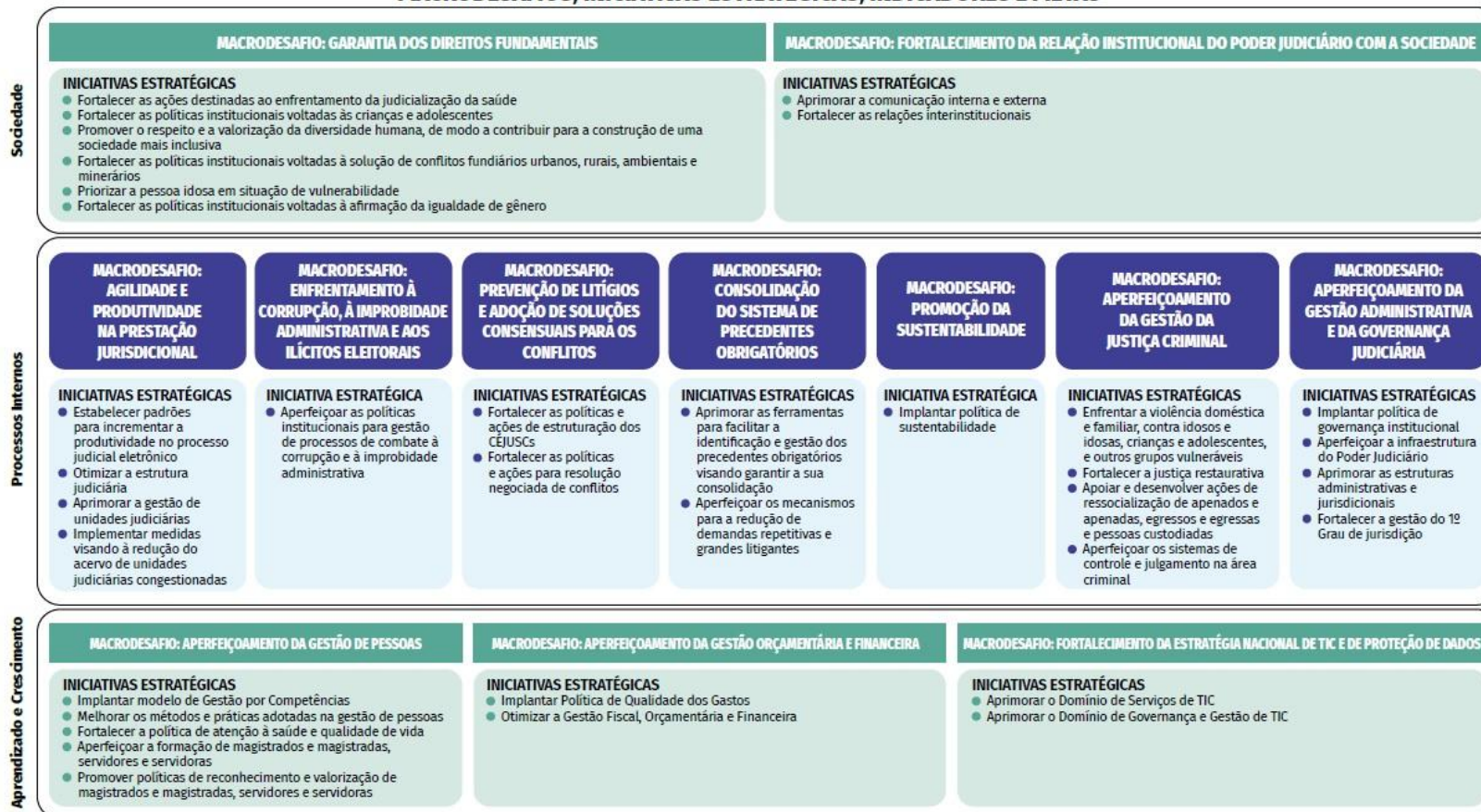
VISÃO

Ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

VALORES

Eficiência, Agilidade, Acessibilidade, Credibilidade, Ética, Transparência, Inovação, Sustentabilidade.

MACRODESAFIOS, INICIATIVAS ESTRATÉGICAS, INDICADORES E METAS



AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em 2024, foi avaliado por um conjunto de 30 indicadores de desempenho, estabelecidos no seu Plano Estratégico 2021-2026. A Tabela 1 apresenta a situação das metas associadas a estes indicadores, segundo a perspectiva estratégica. Das 30 metas previstas para o exercício, 19 foram cumpridas, 7 não cumpridas e 4 ainda não tiveram seus resultados apurados. No caso dessas últimas, 2 carecem de divulgação dos resultados pelo CNJ e 2 possuem indicadores de desempenho em construção no âmbito do TJPA.

Tabela 1 - Situação das Metas Previstas para 2024, segundo a Perspectiva

Perspectiva	Prevista	Cumprida	Não Cumprida	Não Apurada
Sociedade	4	2	1	1
Processos Internos	17	10	4	3
Aprendizado e Crescimento	9	7	2	0
Total Geral	30	19	7	4

Fonte: Painel de Monitoramento do Plano Estratégico/TJPA.

A seguir, é apresentado o detalhamento da execução da estratégia por perspectiva e macrodesafio. O método de avaliação levou em consideração os resultados dos indicadores de desempenho dos macrodesafios. De modo ilustrativo, uma legenda foi atribuída para classificar os resultados: meta cumprida e meta não cumprida. Os ícones apresentados abaixo representam o padrão de classificação adotado.



Meta cumprida



Meta não cumprida

PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Este macrodesafio se refere ao desafio de garantir no plano concreto os direitos e garantias fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Na Tabela 2 são apresentados os indicadores de desempenho definidos para o macrodesafio. O indicador *Índice de Acesso à Justiça* ainda não teve seu resultado divulgado pelo CNJ. A última publicação do Relatório Índice de Acesso à Justiça foi realizada em 2021. Por outro lado, o indicador *Índice de Atendimento à Demanda das Prioridades (IAD-Prioridades)*, apresentou resultado superior à meta estabelecida para o exercício de 2024.

Tabela 2 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Acesso à Justiça	62,0%		Aguardando divulgação do CNJ.
Índice de Atendimento à Demanda das Prioridades (IAD-Prioridades)	90,0%	97,7%	

Fonte: Painel de Monitoramento dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional/CNJ e Base de Dados do TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 3 relaciona as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais em execução no exercício de 2024. Todas as 13 iniciativas em execução foram concluídas em 2024.

Tabela 3 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Garantia dos Direitos Fundamentais”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
1.1.1 - Promover ações para identificar os medicamentos oncológicos e não-oncológicos requisitados judicialmente	Fortalecer as ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde	Nat-JUs	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
1.1.2 - Implantar Projeto piloto: Falando sobre o Nat-Jus	Fortalecer as ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde	Juiz Coordenador	100
1.1.3 - Elaborar estudos para estender a atuação do NAT-Jus para saúde suplementar	Fortalecer as ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde	Juiz Coordenador	100
1.2.1 - Aprimorar a divulgação de orientações e informações da área da infância e juventude direcionadas a magistradas, magistrados, servidoras e servidores das comarcas do estado do Pará	Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes	Juiz Coordenador	100
1.2.2 - Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção	Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes	Juiz Coordenador	100
1.2.3 - Fomentar e articular ações interinstitucionais no âmbito da Justiça da Infância e Juventude (área infracional) e demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos	Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes	Juiz Coordenador	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
1.2.4 - Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência	Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes	Juiz Coordenador	100
1.3.1 - Implantar o Plano de Acessibilidade no âmbito do PJPA	Promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
1.3.2 - Difundir a cultura de respeito aos direitos das diversidades humanas	Promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva	Juiz Coordenador	100
1.3.3 - Aprimorar a acessibilidade na estrutura de comunicação do PJPA	Promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão	100
1.4.1 - Promover ações para o fortalecimento da Ouvidoria Agrária	Fortalecer as políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários	Ouvidoria Agrária	100
1.5.1 - Expandir ações para fortalecer a participação feminina no PJPA	Fortalecer as políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários	Comitê de Participação Feminina	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
1.6.1 - Promover ações por respeito e justiça a pessoa idosa	Priorizar a pessoa idosa em situação de vulnerabilidade	Juiz Coordenador	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Este macrodesafio se refere à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos.

A Tabela 4 apresenta os resultados dos indicadores de desempenho definidos para o macrodesafio. O indicador *Índice de Transparência*, obtido a partir do resultado do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 260, de 11 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alcançou resultado superior a meta estabelecida para 2024, ao passo que o indicador, obtido com base nos resultados da Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário do Estado do Pará, não atingiu à meta definida para o exercício.

Dentre as ações realizadas, destaca-se a construção de um novo Portal da Transparência do TJPA, desenhado minuciosamente pelo DEPGE, de forma a garantir uma melhor visualização e localização dos conteúdos, distribuídos por 10 temas centrais, atendendo aos critérios da Portaria CNJ nº 25/2024, e que garantiu ao Poder Judiciário do Pará o bônus de 2% na premiação final do Ranking da Transparência do Poder Judiciário 2024.

Tabela 4 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Transparência	100,0%	102,0%	✓
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	55,0%	46,2%	✗

Fonte: Ranking da Transparência 2024.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

Na Tabela 5 são elencadas as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 10 ações em execução foram concluídas e obtiveram os resultados esperados.

Tabela 5 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
2.1.1 - Promover orientação para magistrados e magistradas em comunicação institucional e mídias sociais	Aprimorar a comunicação interna e externa	Departamento de Comunicação	100
2.1.2 - Elaborar Cartilha de Linguagem Simples	Aprimorar a comunicação interna e externa	Departamento de Comunicação	100
2.1.3 - Elaborar a Política de Comunicação do Poder Judiciário do Pará	Aprimorar a comunicação interna e externa	Coordenadoria de Imprensa	100
2.1.4 - Promover ação de aproximação do Poder Judiciário com a Imprensa	Aprimorar a comunicação interna e externa	Departamento de Comunicação	100
2.1.5 - Veicular produtos comunicacionais sobre o Judiciário e seus serviços à população.	Aprimorar a comunicação interna e externa	Departamento de Comunicação	100
2.1.7 - Produzir videocast com os magistrados(as)	Aprimorar a comunicação interna e externa	Departamento de Comunicação	100
2.2.1 - Fomentar a Ouvidoria Itinerante junto aos jurisdicionados	Fortalecer as relações interinstitucionais	Ouvidoria de Justiça	100
2.2.3 - Promover ações visando o atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados	Fortalecer as relações interinstitucionais	Ouvidoria de Justiça	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
2.2.4 - Promover parcerias com as Ouvidorias do Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacia Especializada em Violência Doméstica e Familiar para encaminhamento das demandas de sua competência	Fortalecer as relações interinstitucionais	Ouvidoria de Justiça	100
2.2.6 - Apoiar o programa Ação para Meninas e Mulheres do Marajó	Fortalecer as relações interinstitucionais	Juiz Coordenador	100

Fonte: SIMPLAN.

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Este macrodesafio tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Além disso, visa soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário que é a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Na Tabela 6 são apresentados os indicadores definidos para o macrodesafio. Dos três indicadores definidos para o macrodesafio, dois possuem polaridade do tipo “Quanto menor, melhor”, ou seja, quanto menor o resultado, melhor o desempenho: *Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais* e *Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais*. Ambos atingiram às metas estabelecidas para o exercício de 2024. Por outro lado, o indicador *Índice de Atendimento à Demanda*, que possui polaridade do tipo “Quanto maior, melhor”, isto é, quanto maior o resultado, melhor o desempenho, apresentou resultado igual a 108,8%, inferior à meta de 125,0% estabelecida.

Tabela 6 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais (TCExtFisc)	96,0%	91,9%	✓
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCL)	71,0%	59,9%	✓
Índice de Atendimento à Demanda (IAD)	125,0%	108,8%	✗

Fonte: Base de Dados/TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

Na Tabela 7, são apresentadas as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. Todas as 16 iniciativas em execução foram concluídas.

Tabela 7 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio "Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional"

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
3.1.1 - Promover Ações Visando o Incremento da Produtividade no Processo Judicial Eletrônico	Estabelecer padrões para incrementar a produtividade no processo judicial eletrônico	Juiz Coordenador	100
3.2.1 - Atualizar o Código Judiciário do Estado do Pará - Lei Nº 5.008, de 10 de dezembro de 1981	Otimizar a estrutura judiciária	Secretaria Judiciária	100
3.2.2 - Propor alteração de competências das unidades judiciárias do primeiro grau de jurisdição	Otimizar a estrutura judiciária	Juiz Coordenador	100
3.2.3 - Propor a reorganização da estrutura das unidades judiciárias do estado do Pará	Otimizar a estrutura judiciária	Juiz Coordenador	100
3.2.6 - Expandir a atuação das Turmas Recursais	Otimizar a estrutura judiciária	Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	100
3.2.7 - Elevar para 3ª Entrância as Comarcas de Ananindeua, Marabá e Santarém	Otimizar a estrutura judiciária	Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará	100
3.2.8 - Expandir o 2º Grau de Jurisdição	Otimizar a estrutura judiciária		100
3.3.1 - Criar padrões objetivos de produtividade aos servidores do Poder Judiciário	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Juiz Coordenador	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
3.3.2 - Propor reestruturação metodológica e normativa das unidades de processamento judicial- UPJs	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Juiz Coordenador	100
3.3.3 - Implantar Soluções de Inteligência Artificial (IA) no PJPA	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Juiz Coordenador	100
3.4.2 - Aprimorar o Programa de Incremento a Baixa processual (PIB)	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Juiz Coordenador	100
3.4.3 - Instituir o Prêmio de Desempenho e Inovação	Implementar medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas	Juiz Coordenador	100
3.4.4 - Revisar e propor novos fluxos para a execução fiscal no processo judicial eletrônico	Implementar medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas	Juiz Coordenador	100
3.4.5 - Implantar o Mandamus no âmbito do PJPA	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Secretaria de Informática	100
3.4.6 - Implantar o PJe Docs no âmbito do PJPA	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Secretaria de Informática	100
3.4.7 - Implantar o Domicílio Eletrônico no âmbito do PJPA	Aprimorar a gestão de unidades judiciárias	Secretaria de Informática	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Este macrodesafio se refere ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente, ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

A Tabela 8 traz os resultados dos dois indicadores de desempenho definidos para o macrodesafio. O indicador *Índice de Prescrição* obteve resultado de 14,8%, superior à meta de 6,0%, ao passo que o indicador *Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais* obteve resultado igual a 1.432 dias, inferior à meta de 1.640 dias estabelecida para o exercício de 2024. A polaridade dos dois indicadores é do tipo “Quanto menor, melhor”, isto é, quanto menor o resultado, melhor o desempenho.

Tabela 8 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Prescrição	6,0%	14,8%	
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	1.640,0	1.432,0	

Fonte: Base de Dados/TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 9 apresenta as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 2 iniciativas em execução foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 9 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais”

Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
4.1.1 - Celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Estadual e com os Tribunais de Contas, objetivando conferir maior celeridade e eficiência ao julgamento dos feitos da Meta 4	Aperfeiçoar as políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa	Juiz Coordenador	100
4.1.2 - Promover ações para otimizar o julgamento das ações relativas à Meta 4	Aperfeiçoar as políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa	Juiz Coordenador	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Este macrodesafio se refere ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Foram definidos dois indicadores de desempenho para o macrodesafio: *Índice de Conciliação* e *Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs*. Ambos não atingiram às metas estabelecidas para o exercício de 2024. Registre-se que, em 2023, foi alterada a forma de cálculo do indicador *Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs*, que passou a considerar o total de audiências realizadas nos CEJUSCs, em relação ao total de processos e de procedimentos pré-processuais recebidos nos CEJUSC e de casos novos originários não criminais no 2º grau passíveis de acordo, conforme fórmula de cálculo constante no Plano Estratégico 2021-2026.

Tabela 10 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Conciliação	16,0%	9,0%	
Índice de Realização de Audiências nos Cejusc's	73,0%	48,7%	

Fonte: NUPEMEC e Painel Estatístico de Gestão Judiciária /TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

Na Tabela 11 são apresentadas as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 5 iniciativas em execução foram concluídas e obtiveram os resultados esperados.

Tabela 11 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos”

Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
5.1.2 - Instalar novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCs	Fortalecer as políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs	NUPEMEC	100
5.1.3 - Propor a instalação de novos Postos de Atendimento de Soluções Consensuais - PASCs	Fortalecer as políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs	NUPEMEC	100
5.2.1 - Promover ações de capacitação e aperfeiçoamento dos mediadores e mediadoras judiciais, facilitadores e facilitadoras em justiça restaurativa	Fortalecer as políticas e ações para resolução negociada de conflitos	NUPEMEC	100

Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
5.2.2 - Estimular meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados e judicializados	Fortalecer as políticas e ações para resolução negociada de conflitos	NUPEMEC	100
5.2.4 - Realizar Fórum Estadual de Mediação	Fortalecer as políticas e ações para resolução negociada de conflitos	NUPEMEC	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Este macrodesafio visa à promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

A Tabela 12 traz os quatro indicadores de desempenho definidos para o macrodesafio. A partir do trabalho desenvolvido pela Assessoria da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC), responsável por auxiliar os gabinetes na tramitação e julgamento dos incidentes em curso e fomentar a suscitação de novos incidentes, impulsionando a formação de precedentes qualificados no âmbito do TJPA, foi possível superar a meta definida para o indicador *Total de IRDR e IAC com juízo de admissibilidade realizado*. Ao todo, foram admitidos 5 incidentes em 2024, sendo 2 Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e 3 Incidentes de Assunção de Competência (IAC).

Do mesmo modo, por meio do apoio oferecido aos gabinetes pela Assessoria da COGEPAC e pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), os indicadores *Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas* e *Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência* superaram as metas estabelecidas para 2024. A polaridade dos dois indicadores é do tipo “Quanto menor, melhor”, isto é, quanto menor o resultado, melhor o desempenho.

Em relação ao indicador *Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese*, foi criado um fluxo de trabalho com a finalidade de apurar os dados necessários ao seu cálculo. O primeiro levantamento será feito no primeiro semestre de 2025, de forma retroativa, oportunidade em que serão apurados os resultados do indicador relativos aos anos de 2021 a 2024.

Tabela 12 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio "Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios"

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Tempo Médio entre o Trânsito em julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese	547,0		Resultado não apurado.
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas	547,0	208,0	✓
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência	547,0	158,0	✓
Total de IRDR e IAC com juízo de admissibilidade realizado	5,0	5,0	✓

Fonte: Base de dados/TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

Na Tabela 13 são apresentadas as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 10 iniciativas estratégicas em execução foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 13 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
6.1.1 - Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios	Aprimorar as ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100
6.1.2 - Implantar sistema de inteligência artificial para agrupamento de processos similares no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais - CREE, baseado no sistema Athos do Superior Tribunal de Justiça - STJ	Aprimorar as ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100
6.1.3 - Elaborar projeto para implantação de sistema de triagem processual no âmbito da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais - CREE, baseado no sistema Questionários Eletrônicos do Superior Tribunal de Justiça - STJ	Aprimorar as ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100
6.1.4 - Integrar o TJPA aos Tribunais Superiores por meio da adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	Aprimorar as ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
6.2.1 - Propor revisão normativa quanto a precedentes judiciais obrigatórios	Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100
6.2.3 - Propor a reestruturação do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (CIJEPA)	Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes	Juiz Coordenador	100
6.2.4 - Propor a revisão normativa referente às Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado do Pará no que tange a admissibilidade dos recursos extraordinários	Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100
6.2.5 - Implementar a políticas de cooperação interinstitucional através do Programa Amigo da Justiça	Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes	Juiz Coordenador	100
6.2.7 - Aprimorar as ferramentas do Juízo de admissibilidade como apoio ao sistema de precedentes obrigatórios	Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100
6.2.8 - Organizar e Coordenar o 3º Encontro Nacional dos Centros de Inteligência dos Tribunais do Poder Judiciário	Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes	Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Este macrodesafio visa ao aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Na Tabela 14 é apresentado o indicador de desempenho definido para o macrodesafio. A divulgação do resultado do Índice de Sustentabilidade (IDS) de 2024 ainda será realizada pelo CNJ, por meio do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário.

Tabela 14 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Desempenho de Sustentabilidade	60,0%		Aguardando divulgação do CNJ.

Fonte: Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário /CNJ.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 15 apresenta as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 3 iniciativas estratégicas em execução foram concluídas e alcançaram os resultados esperados, com destaque para criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Pará, por meio da Lei Estadual nº 10.626, de 24 de junho de 2024.

Tabela 15 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Promoção da Sustentabilidade”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
7.1.1 - Melhorar o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	Implantar política de sustentabilidade	Núcleo Socioambiental	100
7.1.2 - Elaborar projeto de Lei para criação da Coordenadoria de Gestão Sustentável do PJPA	Implantar política de sustentabilidade	Secretaria de Administração	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
7.1.3 - Institucionalizar Projetos que Promovam a Gestão Sustentável no TJPA.	Implantar política de sustentabilidade	Núcleo Socioambiental	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Este macrodesafio se refere à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Os resultados dos indicadores de desempenho definidos para o macrodesafio estão apresentados na Tabela 16. Os 3 indicadores possuem polaridade do tipo “Quanto menor, melhor”. Os indicadores *Taxa de Encarceramento* e *Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento* superaram às metas estabelecidas para o exercício de 2024, 210 presos/100 mil habitantes e 1.520 dias, respectivamente.

O indicador *Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos de Presos Provisórios*, por sua vez, ainda se encontra em processo de construção a partir dos dados disponíveis na base de dados do tribunal.

Tabela 16 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Taxa de Encarceramento	210,0	139,0	✓
Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	1.520,0	1.471,0	✓
Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos de presos Provisórios	90,0		Resultado não apurado.

Fonte: GMF/TJPA, BNMP, IBGE e Base de Dados/TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 17 traz as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 11 iniciativas estratégicas em execução foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 17 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal”

Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
8.1.1 - Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar	Enfrentar a violência doméstica e familiar, contra idosos e idosas, crianças e adolescentes, e outros grupos vulneráveis	CEVID	100
8.2.1 - Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa	Fortalecer a justiça restaurativa	Coordenadoria de Justiça Restaurativa	100
8.2.2 - Implantar o Projeto Caminho de Casa	Fortalecer a justiça restaurativa	Coordenadoria de Justiça Restaurativa	100
8.3.1 - Instalar Escritório Social em Santarém	Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas e pessoas custodiadas	Juiz Coordenador	100
8.3.2 - Elaborar protocolo judiciário de atendimento às grávidas e lactantes privadas de liberdade, em observância aos dispositivos constantes da Resolução CNJ n. 369/2021	Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas e pessoas custodiadas	Juiz Coordenador	100

Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
8.3.3 - Fortalecer o Programa Começar de Novo	Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas e pessoas custodiadas	Juiz Coordenador	100
8.3.4 - Promover ações para aprimorar as audiências de custódia nas Comarcas do Interior	Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas e pessoas custodiadas	Juiz Coordenador	100
8.3.8 - Fortalecer o Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária - GMF	Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas e pessoas custodiadas	Juiz Coordenador	100
8.4.1 - Aperfeiçoar o painel de gestão com informações de pessoas privadas de liberdade	Aperfeiçoar os sistemas de controle e julgamento na área criminal	Juiz Coordenador	100
8.4.2 - Propor a instituição do Núcleo de Justiça para execução penal	Aperfeiçoar os sistemas de controle e julgamento na área criminal	Juiz Coordenador	100
8.4.4 - Propor a implementação do Juiz de Garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará	Aperfeiçoar os sistemas de controle e julgamento na área criminal	Juiz Coordenador	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Este macrodesafio se refere à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

A Tabela 18 apresenta os resultados dos indicadores de desempenho do macrodesafio. Os 2 indicadores superaram as metas estabelecidas para 2024. O indicador *Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos “governança” e “qualidade da informação” (atualmente “dados e tecnologia”)* alcançou 91,4% de resultado e o indicador *Índice de Execução do Plano de Gestão - IEPG* alcançou 100,0%.

Dentre as ações realizadas, destacam-se a instituição da Comissão Gestora do Prêmio CNJ de Qualidade (COGESPRE), que realizou reuniões periódicas de gestão e acompanhamento da premiação em 2024 e a criação do Prêmio de Desempenho e Inovação (PDI) 2024. Além disso, foram realizados 12 webinários sobre o Prêmio CNJ de Qualidade e sobre o PDI, que envolveram todas as unidades judiciais e administrativas do Poder Judiciário, e foi disponibilizado, no Portal do TJPA na internet, painel de acompanhamento dos critérios de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade 2024, com estimativas de pontuação do TJPA, conferindo maior transparência à gestão da premiação.

Por fim, na edição de 2024 do Prêmio CNJ de Qualidade, mais especificamente, no eixo Governança, o DEPGE além de orientar e revisar cada um dos documentos comprobatórios, montou grupo de conformidade interno para análise acurada, funcionando como uma dupla checagem das respostas, ação preliminar ao envio para o CNJ. Ao todo, foram 81 evidências trabalhadas, que incluem atos normativos, links de acesso, declarações e relatórios do eixo governança, em sua maioria, mas também do eixo dados e tecnologia.

Tabela 18 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos “governança” e “qualidade da informação”	78,0%	91,4%	
Índice de Execução do Plano de Gestão-IEPG	90,0%	100,0%	

Fonte: Prêmio CNJ de Qualidade 2024 e Simplan.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 19 apresenta as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 23 iniciativas estratégicas em execução foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 19 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
9.1.10 - Difundir a cultura de inovação no Poder judiciário	Implantar política de governança institucional	Juiz Coordenador	100
9.1.12 - Realizar o XII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil- CONSEPRE	Implantar política de governança institucional	Presidência	100
9.1.2 - Publicar o apetite a riscos do PJPA	Implantar política de governança institucional	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100
9.1.3 - Alcançar o selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade	Implantar política de governança institucional	Presidência	100
9.1.4 - Implantar o Manual de Gestão de Riscos do PJPA	Implantar política de governança institucional	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
9.1.5 - Rever os procedimentos e o manual do processo de Prestação de Contas Anual de Gestão	Implantar política de governança institucional	Secretaria de Controle Interno	100
9.1.6 - Rever os procedimentos e o manual de Monitoramento de Auditoria	Implantar política de governança institucional	Secretaria de Controle Interno	100
9.1.7 - Implementar a gestão de riscos na SEAUD - 1º Ciclo	Implantar política de governança institucional	Secretaria de Controle Interno	100
9.1.9 - Desenvolver e implantar solução para gestão de precatórios, integrado ao PJE.	Implantar política de governança institucional	Juiz Coordenador	100
9.2.1 - Modernizar nova sede da Escola Judicial do Estado do Pará	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
9.2.2 - Modernizar o espaço físico do Laboratório de Inovação Pai D'égua	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
9.2.3 - Elaborar projeto piloto do Fórum do Futuro para Comarcas de Vara Única	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
9.2.4 - Elaborar projeto piloto do Fórum do Futuro para Comarcas Pólo	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
9.2.5 - Expandir o projeto de sistema de energia fotovoltaica	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
9.2.6 - Ampliar a capacidade de monitoramento de pessoas a serem submetidas ao sistema de detecção de metal	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Coordenador Militar	100
9.2.7 - Ampliar a quantidade de instalações prediais do Poder Judiciário servidas de circuito fechado de TV (CFTV)	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Coordenador Militar	100
9.2.8 - Lançar a Pedra Fundamental do Novo Complexo Judiciário da Comarca da Capital	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
9.2.9 - Inaugurar o Centro de Tecnologia e Informação do PJP	Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário	Secretaria de Engenharia e Arquitetura	100
9.3.1 – Expandir as consultorias às unidades judiciárias	Fortalecer a gestão do 1º Grau de jurisdição	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
9.3.3 - Aperfeiçoar o painel de gestão de atividades	Fortalecer a gestão do 1º Grau de jurisdição	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100
9.3.4 - Aprimorar o Painel de Gestão Judiciária	Fortalecer a gestão do 1º Grau de jurisdição	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100
9.3.5 - Desenvolver ferramentas de visualização de dados e Business Intelligence - BI	Fortalecer a gestão do 1º Grau de jurisdição	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100
9.3.6 - Promover Webinários sobre o Prêmio de Produtividade nas 16 Regiões Judiciárias	Fortalecer a gestão do 1º Grau de jurisdição	Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística	100

Fonte: SIMPLAN.

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Este macrodesafio se refere ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Na Tabela 20, são apresentados os resultados dos indicadores de desempenho do macrodesafio. Os três indicadores da área de gestão de pessoas superaram as metas estabelecidas para o exercício de 2024.

A análise criteriosa dos dados de absenteísmo permitiu a identificação das comarcas com maiores índices de afastamento, possibilitando o direcionamento preciso das ações preventivas e interventivas. Entre as medidas implementadas, destacam-se as rodas de conversa, que promovem escuta ativa e acolhimento das necessidades dos servidores, a ginástica laboral, que contribui para a melhoria da saúde física e prevenção de doenças ocupacionais, e as diversas ações em saúde, incluindo campanhas preventivas, palestras educativas e incentivo ao autocuidado.

Além disso, a criação e o monitoramento de Políticas de fomento de valorização de qualificação profissional com aplicação na Progressão Funcional; Folgas Premiais concedidas ao servidor pela participação facultativa em cursos de qualificação; e concessão de Adicional de Qualificação como melhoria na remuneração do servidor contribuíram para os resultados alcançados pelos indicadores de desempenho de capacitação.

Tabela 20 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Absenteísmo - Doença	3,6	3,2	✓
Índice de Capacitação dos Magistrados	50,0%	69,1%	✓
Índice de Capacitação dos Servidores	40,0%	46,9%	✓

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEP).

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

Na Tabela 21 são apresentadas as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 18 iniciativas estratégicas em execução foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 21 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento de Gestão de Pessoas”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
10.1.1 - Implementar o modelo de Gestão por Competência	Implantar modelo de Gestão por Competências	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.2.1 - Aperfeiçoar a Solução de Gestão de Pessoas	Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.2.2 - Implantar o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas	Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.2.3 - Estabelecer a lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial - UPJs	Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.2.6 - Otimizar a força de trabalho mediante implantação de novos métodos de organização do trabalho.	Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.2.8 - Modernizar os programas, ações e práticas atreladas ao desenvolvimento de pessoal.	Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.3.1 - Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados e servidores	Fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.3.2 - Implantar o projeto a SGP vai até você	Fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.4.1 - Promover ações para formação e aperfeiçoamento	Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
10.4.2 - Ofertar cursos de Pós-Graduação	Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará	100
10.4.3 - Aperfeiçoar e modernizar as plataformas de ensino da EJPA	Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Secretaria de Informática	100
10.4.4 - Fomentar a capacitação do corpo funcional em governança nas contratações e na nova lei de licitação	Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Presidência	100
10.4.5 - Promover capacitação em segurança de autoridade	Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Coordenadoria Militar	100
10.5.1 - Implementar indicadores de Gestão de Pessoas	Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.5.2 - Implantar o Painel de Indicadores de Gestão de Pessoas - SGP na palma da mão	Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.5.3 - Elaborar proposta de revisão do plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará	Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Secretaria de Gestão de Pessoas	100
10.5.4 - Publicar artigos científicos selecionados de magistrados(as) e servidores(as)	Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
10.5.5 - Implementar outras ações de reconhecimento e fortalecimento do Capital Humano do PJPA	Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras	Secretaria de Gestão de Pessoas	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Este macrodesafio se refere à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

A Tabela 22 traz os indicadores de desempenho definidos para o macrodesafio. Os indicadores *Índice de Dotações Para Despesas Obrigatórias (IDob)* e *Incremento Anual das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)* superaram as metas estabelecidas para 2024, ao passo que os indicadores *Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)* e *Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)* não atingiram as metas estabelecidas para o exercício.

No exercício de 2024 foram implementadas, como planejado no orçamento, as despesas obrigatórias que são essencialmente de pessoal. As despesas discricionárias estão submetidas a priorização no curso da gestão administrativa e judicial do Poder Judiciário e estão condicionadas a disponibilidade financeira. Tiveram suas implementações no decorrer do exercício nas diversas áreas de apoio direto e indireto, visando o suporte as unidades para a melhor prestação jurisdicional.

Deve ser considerada ainda a realização de duas despesas que não entram no cômputo do indicador *Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)*, uma vez que são processadas através de descentralização de crédito (destaque orçamentário e financeiro), que são os convênios firmados com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar que somaram no ano de 2024 uma execução de R\$ 7.331.278,76. No cálculo é considerado apenas as despesas liquidadas no período.

As ações classificadas como projetos são aquelas que compõem um conjunto de ações limitadas no tempo, essencialmente, as que abrigam as obras de construção de prédios novos para o Poder Judiciário Estadual, bem como, demais investimentos delas decorrentes. Tais despesas tiveram suas etapas de planejamento e contratação realizadas, contudo, considerando o nível de complexidade, demandaram um tempo de realização das etapas maior que o da

despesa comum, restando algumas aptas a serem executadas somente no exercício de 2025, tendo em vista o tempo de execução observado em mais de um exercício financeiro.

Além disso, alguns fatores escapam da governabilidade institucional, tais como o inadimplemento das empresas contratadas, culminando com o atraso da execução das obras e até mesmo a rescisão de contratos e realização de novo procedimento licitatório para conclusão da obra.

Foram implementadas ainda, no exercício de 2024, diversas ações de modernização e aperfeiçoamento das atividades envolvendo a gestão do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), resultando assim, em efeito positivo na arrecadação do Fundo, tais como: aceite de cartão de crédito para pagamento de custas, parcelamento de custas, dentre outras.

Por fim, considerando a transversalidade da execução orçamentária e financeira, em que se ressalta que os indicadores de desempenho dependem da capacidade de execução orçamentária e financeira de todas as unidades, foram previstos novos mecanismos de aperfeiçoamento e monitoramento dessa execução no novo plano de gestão do biênio 2025-2027, como o Comitê de Monitoramento das Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias, em que se pretende além de acompanhar os indicadores de desempenho, discutir e implementar medidas em conjunto com as demais unidades orçamentárias e gestores do Poder Judiciário, tendo em vista o estabelecimento de política de alocação e realocação de recursos.

Tabela 22 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Dotações Para Despesas Obrigatórias (IDob)	88,0%	84,0%	✓
Índice de Execução das Dotações para Despesas Discrecionárias (IEDD)	82,0%	78,0%	✗
Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)	74,0%	69,0%	✗
Incremento Anual das Receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ)	1,0%	3,60%	✓

Fonte: Coordenadoria de Orçamento (COORC).

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 23 apresenta as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 10 iniciativas estratégicas foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 23 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
11.1.1 - Implementar mecanismos automatizados de gerenciamento e aferição dos custos da política administrativa e judicial	Implantar Política de Qualidade dos Gastos	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.1 - Fortalecer a gestão e execução dos instrumentos de planejamento orçamento e finanças	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.2 - Aprimorar a gestão financeira	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.3 - Modernizar a gestão orçamentária	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
11.2.4 - Modernizar a gestão tecnológica da arrecadação	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.5 - Modernizar a Estrutura Normativa da Arrecadação	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.6 - Realizar estudos de reestruturação Orgânico-funcional da Coordenadoria de Arrecadação	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.7 - Modernizar a Gestão de Investimentos do Poder Judiciário do Pará	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100
11.2.8 - Implementar o Programa de Avaliação da Maturidade de Gestão Fiscal	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
11.2.9 - Aprimorar a gestão estratégica e a governança corporativa do planejamento fiscal, orçamentário e financeiro	Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira	Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças	100

Fonte: SIMPLAN.

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Esse macrodesafio se refere a Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Na Tabela 24 são apresentados os resultados dos indicadores de desempenho do macrodesafio. Os dois indicadores atingiram as metas estabelecidas para o exercício de 2024. O indicador *Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total - Icele* alcançou a meta de 100% ainda em 2022.

Tabela 24 - Indicadores de Desempenho do Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”

Indicador	Meta	Resultado	Situação
Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - IGOVTIC-JUD	83,0%	96,1%	✓
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total - Icele	100,0%	100,00%	✓

Fonte: Painel do iGovTIC-JUD do Poder Judiciário e Base de Dados/TJPA.

Principais Iniciativas Estratégicas (programas, projetos e ações)

A Tabela 25 apresenta as principais iniciativas estratégicas do macrodesafio em execução no exercício de 2024. As 17 iniciativas estratégicas foram concluídas e alcançaram os resultados esperados.

Tabela 25 - Principais Iniciativas Estratégicas do Macrodesafio “Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados”

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
12.1.1 - Implantar mecanismos de Inteligência Artificial nas aplicações judiciais	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
12.1.10 - Instalar solução de Wi-Fi	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.11 - Migrar Banco de dados do Sistema Arrecadação Extrajudicial de Oracle Database 10g para Oracle Database 19c	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.12 - Implantar nova solução de backup	Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.13 - Implantar novos clusters Openshift	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.14 - Integrar o Pje à plataforma consumidor.gov.br	Fortalecer as políticas e ações para resolução negociada de conflitos	Secretaria de Informática	100
12.1.2 - Implantar técnicas de mineração de texto para auxiliar os processos de levantamento de informações nos dados não estruturados produzidos nos sistemas do TJPA	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.3 - Aperfeiçoar a gestão da qualidade das aplicações	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.4 - Implantar a automação do atendimento dos serviços de TIC	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.5 - Implantar solução de infraestrutura em nuvem	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100

Projeto/Ação	Iniciativa Estratégica	Área Responsável	% Executado
12.1.6 - Automatizar a Gerência de Configuração nos Ativos de Infraestrutura de TIC	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.7 - Aprimorar a arquitetura logica de Data Center	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.8 - Reestruturar e Atualizar os Circuitos de Dados das unidades judiciárias	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.1.9 - Implantar serviço de VOIP	Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC	Secretaria de Informática	100
12.2.1 - Implementar o processo de Segurança de informação	Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC	Secretaria de Informática	100
12.2.2 - Estruturar o monitoramento da segurança de informação	Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC	Secretaria de Informática	100
12.2.3 - Implantar processos de Gerenciamento de TIC	Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC	Secretaria de Informática	100

Fonte: SIMPLAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstram uma melhoria no desempenho institucional em 2024. Em linhas gerais, o percentual de cumprimento das metas foi de 63,3%, o que representa um aumento de 10,9% em relação ao percentual de cumprimento das metas de 2023 (53,6%).

Por outro lado, os resultados sugerem a necessidade de realização de programas, projetos e ações estratégicas, de forma a maximizar o desempenho institucional e assegurar o aperfeiçoamento contínuo do Tribunal para os próximos exercícios. Os seguintes indicadores de desempenho merecem atenção em 2025, uma vez que não atingiram as metas previstas para 2024: *Índice de Atendimento à Demanda (IAD)*, *Índice de Prescrição*, *Índice de Conciliação*, *Índice de Realização de Audiências nos Cejusc's*, *Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)* e *Índice de Execução das Dotações para Projetos (IEP)*.

Recomenda-se ainda a realização de programas, projetos e ações estratégicas após a divulgação dos resultados da *Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário do Estado do Pará 2024*, com o objetivo de melhorar o acesso ao sistema de justiça, o acompanhamento processual e a efetividade dos serviços jurisdicionais prestados.